



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0176/2023

Aos **24 (vinte quatro) dias do mês de outubro de 2023**, na sala de licitações, na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Nossa Senhora do Carmo nº. 726, Centro, nesta cidade, o Exmº. Senhor Prefeito Municipal, Paulo Elias Rodrigues, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 826.747.366-15, RG nº 6.215.898, residente na Rua Elpídio Soares Dias nº 493, Bairro Centro, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, da Lei 10.520/02, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2023, REGISTRO DE PREÇO Nº 035/2023**, por deliberação do Pregoeira oficial e equipe de apoio, e por ele homologada conforme **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 142/2023, RESOLVE**, registrar os preços para a aquisição dos materiais constantes nos anexos desta ata, a serem utilizados no Município, tendo sido os referidos preços oferecido pela empresa **PNEUS ART LTDA, CNPJ nº.00.113.960/0001-68**, sediada à Avenida Getúlio Vargas, nº 3375, Bairro: Carneirinhos, João Monlevade/MG, constantes dos anexos desta ata, cuja proposta foi classificada, observadas as condições enunciadas nas Cláusulas que se seguem.

CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO:

1.1 - A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS AUTOMOTIVOS, GENUÍNAS/ORIGINAIS, ATRAVÉS DO CATÁLOGO OFICIAL DOS FABRICANTES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE LASSANCE-MG**, especificados no Termo de Referência, anexo I do edital, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA 2ª - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

I – A ata de registro de preços, conforme preceitua o art. 15, § 3º, inc. III, da Lei nº 8.666/93, terá validade máxima de um ano a partir da publicação, não admitindo prorrogação para além desse prazo.

II – O prazo de vigência da ata de registro de preços não poderá ser superior a um ano, admitindo-se prorrogações, desde que ocorram dentro desse prazo.

III - Nos termos do art. 15, parágrafo 4º, da Lei Federal 8.666/93, alterada pela Lei Federal 8.883/94, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o município não será obrigado a adquirir os materiais referidos nesta ata.

IV - Ocorrendo qualquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei Federal 8.666/93, com as alterações que lhe foram impostas pela Lei Federal 8.883/94, a presente Ata de Registro de Preços será, cancelada, garantidos, às suas detentoras, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA 3ª - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

I - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada, para aquisições do respectivo objeto por todas as Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Lassance.

CLÁUSULA 4ª - DO PREÇO

I - Os preços ofertados pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços são os constantes dos seus anexos, de acordo com a respectiva classificação no **PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2023**.

II – O valor total é de **R\$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais)**.



III - Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas as disposições da legislação pertinente, assim como as cláusulas e condições constantes do Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2023, que integra o presente instrumento de compromisso.

IV - Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante das propostas apresentadas, no PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2023, pelas empresas detentoras da presente Ata, as quais também a integram.

V - Compromete-se o licitante a manter, durante o prazo de validade do registro, o preço registrado e a disponibilidade do produto, nos quantitativos máximos licitados.

VI - Os preços registrados serão confrontados periodicamente, pelo menos trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pela Administração, visando à negociação para ajustamento de preços e a sua adequação ao mercado.

CLÁUSULA 5ª - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

I - A licitante vencedora deverá fornecer os materiais, em conformidade com a Ordem de Fornecimento expedida pelo Setor de Compras da Prefeitura, devidamente autorizada, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de recebimento da Ordem de Fornecimento.

II - O local da entrega, em cada fornecimento, será o **Almoxarifado da Prefeitura**, localizado na **Rua Nossa Senhora do Carmo nº 726 – Centro**.

III - A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela empresa participante do certame, sem qualquer rasura, em nome da Prefeitura Municipal de Lassance e deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.

IV - Verificada a desconformidade do objeto, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias, imediatamente, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.

CLÁUSULA 6ª - DO PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em conta bancária a ser indicada pela contratada em sua proposta, no prazo de 30 (trinta) dias corridos da data do recebimento definitivo, com base na Nota Fiscal, devidamente conferida e aprovada pelo Contratante.

6.1.1 - As notas fiscais ou documentos que a acompanharem para fins de pagamento que apresentarem incorreções serão devolvidos à Contratada e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação dos documentos, considerados válidos pelo Contratante.

6.1.2 - Nas notas fiscais deverão vir os dados bancários completos da Contratada, sob pena de não realização do pagamento até a informação dos mesmos, de obrigação da Contratada.

6.2 - É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

CLÁUSULA 7ª - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

I - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior a do seu vencimento.



II - Se a qualidade dos materiais entregues não corresponder às especificações exigidas, no edital do Pregão que precedeu a presente Ata, a remessa do produto apresentado será devolvida à detentora para substituição imediata, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

III - Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante ordem da unidade requisitante, a qual poderá ser feita por memorando, ofício, telex ou fac-símile, devendo dela constar: a data, o valor unitário do produto, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o carimbo e a assinatura do responsável.

IV - Os materiais deverão ser entregues acompanhados da nota-fiscal ou nota-fiscal fatura, conforme o caso.

V - A empresa fornecedora, quando do recebimento da Ordem de Fornecimento enviada pela unidade requisitante, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

VI - A cópia da ordem de fornecimento referida no item anterior deverá ser devolvida para a unidade requisitante, a fim de ser anexada ao processo de administração da ata.

VII - A contratação com os fornecedores registrados será formalizada por intermédio de instrumento contratual.

VIII – As ordens de fornecimento serão emitidas conforme a necessidade da Secretaria Requisitante e terão obrigatoriamente as especificações das peças e o seu respectivo preço retiradas do Catálogo Oficial e da Tabela de Preços fornecida pela contratada. Caso a empresa envie codificação divergente do catálogo, bem como os preços, terão as Atas suspensas imediatamente, para verificação e posteriormente aplicação de penalidades cabíveis

CLÁUSULA 8ª - DAS PENALIDADES

8.1 - Recusando-se a vencedora a contratação sem motivo justificado, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se à multa equivalente a 10% do valor de sua proposta, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas.

8.2 - Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas no contrato, erros ou atrasos no cumprimento do contrato e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

8.2.1 – Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o 10º (décimo) dia de atraso, da entrega do produto, sobre o valor da parcela, por ocorrência;

8.2.2 – Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo do valor do contrato, no caso de atraso superior a 20 (vinte) dias, com a consequente rescisão contratual, quando for o caso;

8.2.3 – Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nos casos:

- a) inobservância do nível de qualidade dos fornecimentos;
- b) transferência total ou parcial do contrato a terceiros;
- c) subcontratação no todo ou em parte do objeto sem prévia autorização formal da Contratante;
- d) descumprimento de cláusula contratual.

8.3 - A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.



8.4 - O valor das multas aplicadas deverá ser pago por meio de guia própria ao Município de Lassance, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação ou poderá ser descontado dos pagamentos das faturas devidas pelo Município, quando for o caso.

CLÁUSULA 9ª – DA REVISÃO DOS PREÇOS

9.1 - A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrido no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao Município, promover as necessárias negociações junto aos fornecedores para negociar o novo valor compatível ao mercado.

9.2 - **A exclusão do regime tributário do simples nacional por ato voluntário da contratada ou por superação dos limites de receita bruta não enseja o reequilíbrio contratual.**

CLÁUSULA 10ª - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

I - O objeto desta Ata de Registro de preços será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação do Edital, **no ato da entrega**, por representante indicado pela Secretaria solicitante.

II - O objeto desta Ata de Registro de preços será recebido definitivamente, no **prazo de 03 (três) dias úteis**, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, por representante indicado pela Secretaria solicitante, consoante o disposto no art.73, II “b”, da Lei Federal 8.666/93.e demais normas pertinentes e de acordo especificações do anexo I do edital.

II - A cada fornecimento serão emitidos recibos, nos termos do art. 73, §1º, da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA 11ª - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

I - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa:

Pela Administração, quando:

A - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

B - a detentora não retirar qualquer Ordem de Fornecimento, no prazo estabelecido, e a Administração não aceitar sua justificativa;

C - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério da Administração;

D - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pela Administração;

E - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

F - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

G - a comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços;

*no caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no órgão encarregado das publicações oficiais do Município, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.



H - A Administração poderá, quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar situação regular ou se recusar injustificadamente a assinar a Ata de Registro de Preços, retomar a Sessão Pública e convidar os demais proponentes classificados, seguindo a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, ou revogar a licitação independentemente da cominação do Art. 81 da Lei Federal 8.666/93.

I - Os licitantes que concordarem em fornecer o objeto da licitação pelo desconto do primeiro colocado, serão convocados para assinarem a Ata de Registro de Preços.

J - O cancelamento de registros será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da Administração, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal 8.666/93, alterada pela Lei Federal 8.883/94.

A - A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VIII, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA 12ª – DO REGIME DE EXECUÇÃO

12.1 - O regime de execução do presente contrato é fornecimento por maior desconto sobre a tabela oficial de preços do fabricante.

CLÁUSULA 13ª - DA AUTORIZAÇÃO PARA FORNECIMENTO

13.1 - As aquisições dos objetos da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo Secretário requisitante.

CLÁUSULA 14ª - DOS PREÇOS REGISTRADOS

14.1 - Os preços das licitantes classificadas e as especificações registradas encontram-se indicados no(s) anexo(s) da presente Ata, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório.

CLÁUSULA 15ª - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

15.1 - Este Instrumento de Contrato guarda inteira conformidade com os termos do Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2023, com o Termo de Referência e Anexos, contidos no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 142/2023, do qual é parte integrante, vinculando-se, ainda, à proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA 16ª - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

16.1 - Constituem obrigações da contratante:

16.1.1 - Acompanhar e fiscalizar a execução contratual em conformidade com o artigo 67, da Lei nº 8.666/93, observando se os produtos e especificações estejam em consonância com as obrigações assumidas pela adjudicatária em sua proposta comercial.

16.1.2 - Comunicar à adjudicatária, imediatamente e por escrito, toda e qualquer irregularidade, imprecisão ou desconformidade verificada na contratação do objeto, assinalando-lhe prazo para que a regularize, sob pena de serem-lhe aplicadas as sanções legais e contratuais previstas;

16.1.3 - Efetuar o pagamento no prazo fixado;



- 16.1.4 - Indicar perante a adjudicatária, servidores autorizados a acompanhar, fiscalizar e conferir a entrega dos produtos licitados;
- 16.1.5 - Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pelos empregados da contratada;
- 16.1.6 - Comunicar por escrito à CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada;
- 16.1.7 - Devolver os produtos que estejam fora das especificações do edital ou que ainda estiverem fora dos padrões exigidos;
- 16.1.8 - Supervisionar a entrega, por intermédio da Secretaria solicitante;
- 16.1.9 - Efetuar o pagamento devido, na forma estabelecida na cláusula sexta deste contrato;
- 16.1.10 - Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados;
- 16.1.11 - Facilitar por todos os meios ao cumprimento da execução pela CONTRATADA, dando-lhe acesso e promovendo o bom entendimento entre seus funcionários e empregados da contratada, cumprindo com as obrigações pré-estabelecidas;
- 16.1.12 - Analisar a nota fiscal para verificar se a mesma é destinada a Instituição e se as especificações são as mesmas descritas no Termo de Referência;
- 16.1.13 - Comunicar por escrito à CONTRATADA o não recebimento do objeto, apontando as razões de sua não adequação aos termos contratuais;
- 16.1.14 - À Contratante, é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o cumprimento das especificações e condições deste objeto;
- 16.1.15 - Tomar todas as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

CLÁUSULA 17ª - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1. Constituem obrigações da contratada, além das constantes nos artigos 69 e 70 da Lei nº 8.666/93, as seguintes:

- 17.1 – Fornecer os produtos conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, no Almoarifado Central da Prefeitura Municipal de Lassance, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 17.2 – Responsabilizar-se integralmente, pela execução do objeto, conforme legislação vigente.
- 17.3 – Submeter-se à fiscalização da Prefeitura Municipal de Lassance, através do setor competente, que acompanhará o fornecimento dos materiais, orientando, fiscalizando e intervindo ao seu exclusivo interesse, com a finalidade de garantir o exato cumprimento das condições pactuadas;
- 17.4 - Cumprir além dos postulados legais vigentes no âmbito federal, estadual e municipal, as normas da Prefeitura municipal de Lassance – MG;
- 17.5 – As penalidades ou multas impostas pelos órgãos competentes pelo descumprimento das disposições legais que regem a execução do objeto do presente termo serão de inteira responsabilidade da contratada, devendo se for o caso, obter licenças, providenciar pagamento de impostos, taxas e serviços auxiliares;
- 17.6 – Arcar com todo o ônus de transportes e fretes necessários;



17.7 - Cumprir fielmente suas prestações contratuais em conformidade com os termos deste Edital e seus Anexos e de sua proposta.

17.8 – Demais obrigações e responsabilidades previstas pela Lei Federal nº 8.666/93 e demais legislações pertinentes;

17.9 – A eventual suspensão do fornecimento dos materiais deverá ser comunicada com 15 (quinze) dias de antecedência à contratada, podendo o descumprimento desta cláusula ensejar a imediata rescisão unilateral do contrato.

17.10 - Prestações contratuais em conformidade com os termos deste, responsabilizar-se pelo cumprimento dos postulados legais vigentes, de âmbito federal, estadual ou municipal;

17.11 - Responsabilizar-se pelas despesas diretas e indiretas tais como transporte, salários, alimentação, diárias, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados no desempenho dos serviços pertinente ao objeto deste Contrato, ficando ainda a CONTRATANTE isenta de vínculo com os mesmos.

17.12 – Fornecer a contratante os materiais solicitados na ordem de fornecimento, na quantidade estabelecida, sem quantitativo mínimo.

17.13 – Substituir os materiais/equipamentos, quando a qualidade dos mesmos não corresponder às especificações exigidas, no edital do Pregão que precedeu a presente Ata, imediatamente, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA 18ª - DA FISCALIZAÇÃO

18.1 – Não obstante o fato de o Contratado ser o único e exclusivo responsável pela execução dos serviços objeto desta licitação, a Administração, sem restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercerá a mais ampla e completa fiscalização dos serviços em execução.

18.2 - O setor competente para fiscalizar o objeto contratado será a Secretaria Municipal de Gestão e Governança, através da funcionária dos funcionários:

- Fiscal técnico: Creuza Simone Veloso Santos – Matrícula 2450 – Diretora de Gabinete
- Fiscal administrativo: Manoel Carlos dos Santos – Matrícula 6697 – Diretor de Transportes
- Gestor do Contrato: Fellippe Gustavo de Oliveira Prates – Matrícula 2133 – Secretário Municipal de Gestão e Governança

CLÁUSULA 19ª – DA ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA

19.1.1 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento não justificados, provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX/100)$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;



N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

CLÁUSULA 20ª - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

20.1 – Por se tratar de Ata de Registro de Preços, **é vedado** efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

20.2 - O órgão gerenciador, **não se obriga** a adquirir o(s) item(ns) registrado(s) do licitante vencedor, nem tampouco, as quantidades previstas, conforme art. 15, § 4º da Lei nº 8.666, de 1993, bem como art. 16 do Decreto nº 7.892, de 2013

CLÁUSULA 21ª - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 - Integram esta Ata, o edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2023 e as propostas das empresas classificadas no certame supranumerado.

21.2 - Fica eleito o Foro desta Comarca de Várzea da Palma para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

21.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, Lei 10.520/02 e demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de Direito.

Lassance/MG, 24 de outubro de 2023.

PAULO ELIAS RODRIGUES
PREFEITO
CONTRATANTE

PNEUS ART LTDA
CNPJ nº.00.113.960/0001-68
CONTRATADA